O Brasil atravessa uma transformação silenciosa, porém estrutural, na forma como as famílias alocam sua renda. O avanço das apostas online deixou de ser um fenômeno marginal para se consolidar como um vetor relevante da dinâmica financeira doméstica. Mais do que um novo hábito de consumo, trata-se de uma mudança com implicações diretas sobre o endividamento e, sobretudo, sobre a capacidade de poupança da população, exatamente no momento em que o país mais precisa dela.

Os dados mais recentes são contundentes: estimativas do Banco Central indicam que os brasileiros passaram a destinar entre R$ 20 bilhões e R$ 30 bilhões por mês a plataformas de apostas já em 2025[1]. Esse volume representa uma revisão significativa em relação às estimativas anteriores e evidencia que o fenômeno não apenas cresceu, mas se consolidou. Em paralelo, milhões de brasileiros passaram a incorporar o hábito de apostar em sua rotina financeira, com mais de 17 milhões de participantes apenas no primeiro semestre de 2025[2].

Esse movimento não é neutro. Ele implica, na prática, uma disputa direta pela renda disponível das famílias. Estudos mostram que recursos que antes eram destinados ao consumo tradicional e à poupança vêm sendo redirecionados para apostas, com impactos relevantes sobre a economia real, incluindo perdas significativas no faturamento do mercado de varejo e mudanças no padrão de consumo[3]. Em outras palavras, não se trata apenas de um novo gasto, mas de uma alteração estrutural na alocação da renda.

O perfil do apostador aprofunda essa preocupação. Predominam jovens adultos, em fase inicial de formação de renda e patrimônio, com forte inserção digital e elevada exposição a estímulos de consumo imediato. Trata-se exatamente do público que deveria estar iniciando sua trajetória de poupança de longo prazo. No entanto, observa-se uma inversão: ao invés de acumular, esse grupo passa a consumir risco.

As consequências já começam a aparecer com clareza. Estudos recentes indicam que as apostas passaram a exercer influência direta sobre o endividamento das famílias, superando inclusive fatores tradicionais como juros e crédito[4]. Os modelos econométricos mostram que o impacto das apostas sobre a dívida é significativamente superior ao de variáveis históricas, revelando uma mudança estrutural no comportamento financeiro dos brasileiros.

O mecanismo econômico é inequívoco. Diferentemente da poupança, que preserva e acumula valor ao longo do tempo, a aposta possui expectativa negativa agregada. Embora parte dos valores retorne sob a forma de prêmios, o sistema como um todo extrai recursos da população. Esse fluxo contínuo reduz a capacidade de acumulação das famílias e compromete sua estabilidade financeira futura.

Os efeitos sociais também são expressivos. Estimativas apontam que os custos associados às apostas, incluindo impactos sobre saúde, produtividade e endividamento, podem alcançar dezenas de bilhões de reais por ano[5]. Trata-se, portanto, de um fenômeno que ultrapassa o indivíduo e passa a afetar a economia e a sociedade como um todo.

É nesse ponto que a discussão ganha uma dimensão ainda mais crítica. O Brasil vive, simultaneamente, uma rápida transição demográfica. O envelhecimento populacional avança em ritmo acelerado, pressionando o modelo de financiamento da previdência baseado em repartição. Com menos jovens contribuindo e mais idosos demandando benefícios, a expansão da previdência complementar deixa de ser uma agenda desejável e passa a ser uma necessidade estrutural.

Destaca-se, então, a contradição central: ao passo que o país precisa ampliar sua capacidade de poupança e fortalecer a formação de reservas previdenciárias, observa-se a crescente canalização de renda para atividades que, estruturalmente, destroem essa mesma capacidade. A renda que

deveria financiar o futuro está sendo consumida no presente e, na maior parte das vezes, dissipada entre os serviços de apostas e remetida aos seus países de origem.

Diante desse cenário, a questão que se coloca vai além do diagnóstico econômico. Trata-se de um desafio conceitual sobre como ressignificar a previdência, não como um produto distante, associado apenas ao longo prazo e ao sacrifício, mas como um instrumento capaz de dialogar com o comportamento real dos indivíduos, com suas motivações, seus incentivos e suas decisões cotidianas.

As entidades fechadas de previdência complementar ocupam, nesse contexto, uma posição singular. São, por natureza, instituições voltadas à construção de poupança de longo prazo, com governança estruturada e compromisso com o interesse dos participantes. Mas a realidade que se impõe é desconfortável, uma vez que o ambiente no qual essas entidades operam mudou rapidamente.

A disputa pela renda disponível tornou-se mais intensa, mais imediata e, sobretudo, mais emocional. As apostas não capturam apenas recursos financeiros; capturam atenção, engajamento e comportamento. Ignorar esse fato pode significar, progressivamente, perder relevância potencial junto a parcelas significativas da população, especialmente aquelas que ainda não foram incorporadas ao sistema de previdência complementar.

Diante disso, impõe-se uma reflexão inevitável. Qual deve ser o papel das EFPC neste novo contexto? Permanecerão ancoradas em modelos tradicionais de adesão e contribuição, ou buscarão novas formas de engajamento compatíveis com a realidade comportamental contemporânea? Estão preparadas para disputar espaço, não apenas financeiro, mas também psicológico, na forma como os indivíduos tomam decisões sobre seu dinheiro?

E, talvez mais importante: qual será a resposta institucional do setor diante de um fenômeno que, ao mesmo tempo em que amplia o endividamento e compromete diretamente a base sobre a qual a previdência complementar precisa se expandir, que é a capacidade de poupança da população? Essa é uma pergunta que não pode mais ser adiada.

***Sylvio Eugenio de Araújo Medeiros** é Diretor-Presidente da Prevcom

_____

Notas:

[1]: AGÊNCIA BRASIL. Apostadores destinam até R$ 30 bilhões por mês a bets, informa Banco Central. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-04/apostadores-destinam-ate-r-30-bi-por-mes-bets-informa-bc. Acesso em: 23 abr. 2026.

[2]: GOVERNO FEDERAL (BRASIL). No primeiro semestre, 17,7 milhões de brasileiros realizaram apostas de quota fixa. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/no-primeiro-semestre-17-7-milhoes-de-brasileiros-realizaram-apostas-de-quota-fixa-e-ultrapassou-se-o-total-de-15-mil-sites-ilegais-bloqueados. Acesso em: 23 abr. 2026

[3]: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO (CNC). Bets causaram perdas de R$ 103 bilhões ao varejo em 2024. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2025-01/cnc-diz-que-bets-causaram-perdas-de-r-103-bilhoes-ao-varejo-em-2024. Acesso em: 23 abr. 2026.

[4]: GAZETA DO POVO. Apostas online impulsionam endividamento das famílias no Brasil. 2025. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/economia/bets-apostas-online-endividamento/. Acesso em: 23 abr. 2026.

[5]: AGÊNCIA BRASIL. Apostas online custam R$ 38,8 bilhões ao país, mostra estudo. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-12/aposta-online-e-jogo-de-azar-custam-r-388-bi-ao-pais-mostra-estudo. Acesso em: 23 abr. 2026.

Fonte: Abrapp em Foco, em 23.04.2026.